



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5422/989/19
Poder LEGISLATIVO
Município Itatinga
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA
Período 12/2019
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA
Responsável NILTON DE JESUS POLIDO
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 036.948.058-93
Período de Gestão 01/01/2019 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 0.00	R\$ 3.500,00
------------------------------	----------	--------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 2.100,00	R\$ 2.018,41	R\$ 1.481,59

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 0.00	R\$ 2.100,00	R\$ 1.750,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2018	R\$ 1.527.983,16	R\$ 62.554.465,55	2,4426%	6,0000%
4/2019	R\$ 1.510.387,73	R\$ 65.618.182,46	2,3018%	6,0000%
8/2019	R\$ 1.561.651,67	R\$ 69.576.131,55	2,2445%	6,0000%
12/2019	R\$ 1.638.623,89	R\$ 70.238.732,70	2,3329%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2019	R\$ 1.502.594,65	R\$ 64.128.189,86	2,3431%	2,3431%
7/2019	R\$ 1.541.447,84	R\$ 64.998.024,95	2,3715%	2,3431%
8/2019	R\$ 1.561.651,67	R\$ 69.576.131,55	2,2445%	2,3431%
9/2019	R\$ 1.579.058,36	R\$ 69.577.714,66	2,2695%	2,3431%
10/2019	R\$ 1.593.931,82	R\$ 70.004.354,16	2,2769%	2,3431%
11/2019	R\$ 1.616.313,95	R\$ 70.288.989,80	2,2995%	2,3431%

12/2019	R\$ 1.638.623,89	R\$ 70.238.732,70	2,3329%	2,3431%
---------	------------------	-------------------	---------	---------

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2019, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,3329%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2019, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco". Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2019, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 470.653,41
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 121.541,11
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 349.112,30
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 2.100,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 2.100,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-99,3985%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 3.500,00	R\$ 2.100,00	R\$ 3.500,00	R\$ 2.100,00

Consignações	R\$ 0,00	R\$ 307.722,09	R\$ 307.722,09	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 19.516,08	R\$ 19.516,08	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 2.225.220,38	R\$ 2.221.720,38	R\$ 3.500,00
Total	R\$ 3.500,00	R\$ 2.554.558,55	R\$ 2.552.458,55	R\$ 5.600,00

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 48,00%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 2.917.500,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 12.574,80
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.406.973,97
Despesa com folha/Transferências realizadas	48,00%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 47.224.649,40
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 47.401.437,47
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 353.692,68
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,75%
Apuração do limite (com CIP)	0,75%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,75%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	20158
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 47.224.649,40
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 47.401.437,47
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 3.318.100,62
Total de Despesas do exercício	R\$ 2.145.155,09
Percentual Apurado (sem CIP)	4,54%
Percentual Apurado (com CIP)	4,53%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,53%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 14/02/2020
Hora da Geração: 21:03:18